

# Circo de Horrores

JORNAL DO BRASIL

A reta final da Constituinte, que implica a partir de agora a votação das disposições transitórias, pode se transformar em algo além de palco político onde serão votadas questões como o mandato do presidente, passando a funcionar como circo de horrores da economia nacional. Basta olhar de relance o que se pretende incluir no texto constitucional como manobra de última hora, na base do *jeitinho* brasileiro, para saber do que se trata.

Há uma proposta de um deputado do PMDB de Pernambuco para anistiar a correção monetária em empréstimos rurais contraídos nos tempos do cruzado, ao custo de CZ\$ 400 bilhões; há proposta de tabelar os juros da dívida externa em 3% ao ano, partida de um parlamentar do PMDB de Santa Catarina; há emenda que reduz em 50% os débitos do Piauí com a União; há até quem queira o Acre como Estado independente, mantendo relações diplomáticas na base de um tratado com a União.

Os primeiros ameaçados de quebra com a anistia da correção monetária serão os bancos estaduais, aqueles que se agüentaram de pé depois da safra de intervenções do Banco Central. Alegadamente para sanear as finanças dos bancos mais endividados, na prática, as intervenções foram feitas para evitar que os Estados continuassem forçando emissões de papel-moeda, ao recorrerem ao redesconto ou deixarem de pagar dívidas vencidas à União. Os bancos comerciais, cujas carteiras são administradas com mais cuidado, talvez sobrevivam à "anistia". Os estatais, com certeza, não.

O tabelamento dos juros da dívida externa pressupõe que o mesmo Brasil, que não conseguiu impor a moratória aos credores, pode, agora, lhes ditar as condições de pagamento da dívida: a taxas inferiores às de captação de depósitos interbancários em Nova Iorque ou Londres, Tóquio, Zurique ou qualquer outro centro financeiro internacional. O parlamentar que fez a proposta certamente desconhece o que significam taxas médias internacionais de captação em Certificados de Depósito, hoje cotadas no mercado internacional acima de 5%. Tem um constituinte o direito de expor a vida parlamentar de seu país ao ridículo?

Desnecessário comentar a autonomia do Acre, ou o perdão das dívidas do Piauí. Por que não perdoar também o Imposto de Renda da classe média escorchada pela carga tributária no centro-sul, e obrigada a empobrecer, pagando impostos com as alíquotas mais altas do mundo para transferir renda a todos os anistiados e candidatos à anistia?

A reta final da Constituinte não pode se transformar na espécie de espetáculo distributivista que se pretende impor ao governo e aos cidadãos, pois cada centavo retirado da contabilidade bancária terminará se transformando em subsídio que alguém terá de bancar. Segundo o que têm dito os ministros da Fazenda e do Planejamento, as folhas de salários do funcionalismo público consomem toda a receita dispo-

nível depois das transferências obrigatórias do Tesouro. Novos subsídios irão esgotar os restos de caixa, provocando novas emissões de papel-moeda ou empréstimos internos que irão pressionar ainda mais as taxas de juros. Como os bancos estaduais não podem quebrar, terminarão repassando as dívidas para o Banco Central e a conta, no fim do caminho, baterá direta ou indiretamente no bolso dos contribuintes.

O que os parlamentares distributivistas esquecem é que os subsídios provocam inflação, e a inflação termina piorando a distribuição de renda, pois pesa mais sobre os mais pobres. Há uma falsa piedade em tudo isso, que se confunde com a hipocrisia e o mais deslavado oportunismo político, pois aquele que faz propostas estapafúrdias, como a do senador Mansueto de Lavor, ganha manchetes e destaque nos meios de comunicação.

Os parlamentares melhor fariam se tentassem somar suas forças com as dos governantes de Estado mais esclarecidos, procurando corrigir nas disposições transitórias algumas aberrações como a transferência da tributação do ouro para o ICM, que equivale, na prática, a empurrar as reservas cambiais brasileiras para o contrabando. O Banco Central é o maior interessado em preservar as reservas cambiais do país, e dispõe de números mostrando como uma tributação equivocada do minério pode provocar uma evasão de divisas de cerca de um bilhão de dólares por ano. Onde estão os parlamentares que querem reduzir o pagamento de juros da dívida externa?

Ainda não está claro como irão agir os constituintes dotados de maior bom senso, interessados em evitar que o último capítulo da novela em curso em Brasília termine servindo para acrescentar mais joio ao trigo, deixando a impressão de que o Congresso constituinte encerrará os seus trabalhos como verdadeira *casa da sogra*. A verdade, quer queiram os populistas quer não, é que a economia do país responde rápido a cada ameaça de descaminho, e um dos sinais mais ominosos disso está na abertura do ágio do dólar no mercado negro em comparação com as cotações oficiais. Nunca os cambistas estiveram tão alegres com as perspectivas de voltarem a alimentar o contrabando e o *black* nas mesas dos doleiros.

O populismo não vai contribuir para amadurecer o Brasil. Uma anistia da correção monetária de agricultores não seria menos justa que uma anistia para as indústrias de alimentos, ou de vestuário, ou de sapatos, ou de materiais de construção. O que se conseguirá pelo caminho do subsídio e do *jeitinho* imoral será desarticular novamente o sistema de preços e o que resta de pé na economia de mercado no país, em benefício não se sabe de quê. A menos que seja da concentração do poder econômico num Estado que perdeu a capacidade de poupar e hoje apenas consome, repassando a fatura, seja sob a forma de desemprego ou de crise, às regiões e atividades produtivas pelo país afara.